



# As frestas que revelam o outro: identidade e gênero em “A cela um”, de Chimamanda Adichie

Conceição de Maria Corrêa Feitosa

Secretaria de Educação do Maranhão, Maranhão, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-8354-7473>

E-mail: [conceicaorabelofeitosa@gmail.com](mailto:conceicaorabelofeitosa@gmail.com)

## RESUMO

O conto “A cela um”, de Chimamanda Ngozi Adichie, integrante do livro *No seu pescoço*, narra, em primeira pessoa, a trajetória de Nnamabia, um jovem nigeriano cuja sucessão de pequenos delitos culmina em sua prisão. Embora ele ocupe o centro dos acontecimentos, é sua irmã quem, ao relatar o percurso do irmão, deixa entrever sua própria condição de mulher em uma sociedade estruturada por valores patriarcais. A partir desse olhar que se lança ao outro, a narrativa abre frestas por onde emergem questões relativas à construção das identidades, às desigualdades de gênero e às relações de poder que atravessam tanto o espaço familiar quanto as instituições sociais, em especial o sistema prisional. Este artigo propõe uma leitura crítica do conto, analisando como as identidades masculina e feminina dos irmãos se constroem e se transformam em meio a experiências de violência simbólica, exclusão e injustiça social. Ao articular literatura, gênero e carcerabilidade, a análise evidencia como a narrativa de Adichie funciona como espaço de denúncia e reflexão ética, revelando os impactos de um sistema patriarcal e punitivo na subjetividade dos sujeitos. Para sustentar essa discussão, dialogamos com autores como Zygmunt Bauman, Stuart Hall, Simone de Beauvoir, Judith Butler e a própria Chimamanda Adichie, compreendendo a identidade como processo relacional, histórico e atravessado por disputas sociais. Assim, o conto é abordado como uma forma literária capaz de reimaginar a justiça social, ao expor as fissuras de um sistema que produz desigualdades, silenciamentos e resistências.

**PALAVRAS-CHAVE:** Identidade; gênero; justiça social; carcerabilidade; literatura contemporânea.



## **The cracks that reveal the other:** identity and gender in “Cell One”, by Chimamanda Adichie

### **ABSTRACT**

The short story “A cela um”, by Chimamanda Ngozi Adichie, included in the collection *No seu pescoço*, narrates, in the first person, the trajectory of Nnamabia, a young Nigerian man whose series of minor offenses ultimately leads to his imprisonment. Although he occupies the center of the narrated events, it is his sister who, in recounting her brother's path, also reveals her own condition as a woman within a society structured by patriarchal values. Through this gaze directed at the other, the narrative opens fissures through which issues related to identity construction, gender inequality, and power relations emerge, traversing both the family sphere and social institutions, particularly the prison system. This article proposes a critical reading of the short story, examining how the male and female identities of the siblings are constructed and transformed amid experiences of symbolic violence, exclusion, and social injustice. By articulating literature, gender, and carcerality, the analysis highlights how Adichie's narrative operates as a space of ethical reflection and denunciation, exposing the effects of patriarchal and punitive systems on subjectivity. To support this discussion, the article engages with authors such as Zygmunt Bauman, Stuart Hall, Simone de Beauvoir, Judith Butler, and Chimamanda Ngozi Adichie herself, understanding identity as a relational, historical process shaped by social disputes. In this sense, the short story is approached as a literary form capable of reimagining social justice by revealing the fissures of a system that produces inequality, silencing, and resistance.

**KEYWORDS:** Identity; gender; social justice; carcerality; contemporary literature.

## **1. Considerações iniciais**

“Na primeira vez em que nossa casa foi roubada, foi nosso vizinho Osita que entrou pela janela [...]. Na segunda vez em que nossa casa foi roubada, foi meu irmão Nnamabia que forjou um arrombamento e roubou as joias da minha mãe” (Adichie, 2017, p. 9). Assim começa “A cela um”, da autora Chimamanda Adichie, um dos doze contos que compõem o livro *No seu pescoço*, traduzido por Julia Romeu e publicado no Brasil em 2017. O conto narra, em primeira pessoa, a trajetória de Nnamabia, jovem nigeriano (filho de professores universitários da cidade de Nsukka) cuja sucessão de delitos culmina em sua prisão.

Esses eventos são apresentados ao leitor pela voz da irmã, que narra o percurso do irmão desde o primeiro roubo até sua prisão. Segundo a narradora, os furtos integram o que ela denomina “temporada de furtos” no campus, praticados por jovens bem-educados, filhos de docentes e outros membros da academia. Progressivamente, tais atos se transformam nos chamados “cultos”, inspirados nas fraternidades americanas, cujas rivalidades culminam em confrontos violentos, por vezes resultando em massacres e mortes. Para os rapazes, integrar esses grupos significa pertencer a uma coletividade, ser reconhecido e experimentar uma sensação de importância e poder.

Nnamabia ocupa o centro da trama, contudo, embora o enredo se organize em torno de sua trajetória, é a instância narrativa feminina que confere sentido aos acontecimentos. A voz dela não apenas relata os fatos, mas os interpreta, produzindo um campo de reflexão a partir do qual emergem questões relativas à identidade, ao gênero e às relações de poder. A narradora, que permanece sem nome, conduz o leitor a desvelar, por meio de um relato sensível e crítico, como as construções identitárias de ambos são moldadas, sustentadas e, posteriormente, tensionadas ao longo da escalada que conduz do furto à prisão.

Nesse processo de revelações (dos irmãos), Adichie nos leva a refletir, ao longo do conto, que, ao contarmos/ouvirmos uma história, lançamos pequenas frestas a várias outras. Esse olhar lançado a Nnamabia acaba evidenciando algumas dessas aberturas que vão para além do que essa olhada em direção ao outro propõe-se a ver. Uma dessas fissuras diz respeito à construção de identidades moldadas por um sistema patriarcal dominante e normativo. Nessa conjuntura — enquanto fenômeno social e cultural —, historicamente sustenta-se a supremacia masculina, privilegiando o poder e a autoridade dos homens em detrimento das mulheres e de outras identidades de gênero.

Este artigo analisa a narrativa da irmã como dispositivo crítico de revelação das assimetrias de gênero e das transformações identitárias produzidas pela experiência carcerária. Ao acompanhar a queda simbólica de Nnamabia, a narradora expõe a fragilidade de uma masculinidade socialmente legitimada e, simultaneamente, reconfigura sua própria posição subjetiva. O conto é, assim, interpretado como uma narrativa de transformação identitária mediada pela alteridade e pelas estruturas de poder que atravessam o espaço familiar e institucional.

A análise fundamenta-se em uma concepção relacional de identidade, compreendida como processo histórico e social em permanente reconstrução, conforme discutido por Hall e Bauman, e articula-se às reflexões de Simone de Beauvoir, de Butler e da própria Adichie acerca da construção social do gênero. A partir desse referencial, examina-se como as identidades masculina e feminina dos irmãos se constituem em contraste e como a experiência da violência institucional opera como catalisador de deslocamentos éticos e simbólicos.

Ao privilegiar o olhar narrativo feminino como instância de interpretação do outro, o conto evidencia que a identidade não se configura como essência estável, mas como efeito de relações sociais marcadas por hierarquias, expectativas normativas e experiências de vulnerabilidade. Desse modo, a narrativa de Adichie revela as fendas de um sistema que produz desigualdades e, simultaneamente, possibilita processos de ressignificação subjetiva.

## 2. Entre o olhar do outro e a fluidez do eu — identidade em movimento

A construção identitária, conforme assinala Bakhtin, não se realiza a partir de um interior autossuficiente, mas no encontro com o olhar do outro: “Não sou eu que olho o mundo de dentro com os meus próprios olhos, mas sou eu que olho a mim mesmo com os olhos do mundo, com olhos alheios” (Bakhtin, 2019, p. 51). Essa perspectiva desloca a identidade de uma essência individual para um processo relacional, constituído no campo da alteridade e da interação social. Nesse sentido, a subjetividade não se apresenta como dado originário, mas como efeito de relações simbólicas e históricas que conferem sentido ao sujeito. Dessa forma, a identidade não se forma de maneira isolada. Ela é constantemente moldada pela posição subjetiva do outro, que influencia a maneira como cada sujeito se compreende e se posiciona no mundo.

Se a identidade é forjada nesse jogo de reflexos entre o eu e o outro, ela também não pode ser vista como algo fixo ou definitivo. Pelo contrário, trata-se de um processo dinâmico, atravessado por diferentes influências ao longo do tempo. Sua natureza fluida permite que seja moldada



por uma multiplicidade de fatores, desde aspectos individuais e subjetivos até elementos sociais, históricos e culturais.

O jornalista Benedetto Vecchi, na introdução do livro que reúne uma entrevista com o sociólogo Zygmunt Bauman, já antecipa essa característica ao afirmar que a identidade é, por definição, intangível e ambivalente (Vecchi, 2005, p. 9). Ou seja, a identidade se revela como um espaço de transição, um território de incertezas e reinvenções. Ela se constrói na relação com o outro, na experiência social e no diálogo constante entre tradição e mudança. Assim, a busca por identidade não é apenas um processo individual, mas também é coletivo, sendo atravessada por questões de pertencimento, cultura e poder. Dessa forma, compreender a identidade exige uma atenção para os diferentes contextos que a influenciam, bem como para os desafios e dilemas que emergem nesse percurso de constante (re)definição.

Bauman, na citada entrevista dada a Vecchi, aprofunda a discussão sobre as características intangível e ambivalente da identidade, destacando as necessidades e as controvérsias que a cercam. O sociólogo concebe a identidade como uma busca interminável e uma construção sempre inacabada. Defini-la é uma tarefa “intimidadora”, pois jamais pode ser plenamente concluída no “tempo real”. Em vez disso, trata-se de um processo contínuo e dinâmico, no qual a identidade se forma e se reformula constantemente.

Por nunca ser elaborada de maneira absoluta, a identidade se estabelece em um fluxo permanente de construção e reconstrução, ajustando-se continuamente por meio de negociações e adaptações ao longo do tempo. Esse caráter mutável evidencia que a identidade não é um estado fixo, mas um movimento incessante de transformação, moldado tanto por experiências individuais quanto por contextos sociais e históricos (Bauman, 2005, p. 17).

A identidade é elaborada como uma construção histórica, conformada pelas condições sociais, culturais e políticas de cada época e que, por estar em constante transformação, tende à fragmentação e à multiplicidade. De acordo com Hall (2014), as novas demandas que o acelerado processo de integração e intercomunicação mundial impõe levantam questões como a “crise de identidade” na modernidade tardia. Além disso, há que se levar em consideração o problema da diferença na construção da identidade, que é sempre definida em relação ao outro. Segundo o teórico, a identidade é construída a partir do contraste com aquilo que não se é:

[...] posições que o sujeito é obrigado a assumir, embora “sabendo” (aqui a linguagem da filosofia da consciência acaba por nos trair), sempre, que elas são representações, que a representação é sempre construída ao longo de uma “falta”, ao longo de uma divisão, a partir do lugar do Outro e que, assim, elas não podem nunca, ser ajustadas — idênticas — aos processos de sujeitos que são nelas investidos (Hall, 2014, p. 112).

Essa tomada de posição que o sujeito se obriga a assumir, essa identidade declarada perpassa por vários processos construídos ao longo da história social, material, simbólica e da história do próprio indivíduo, numa relação de oposições àquilo que não se é, não se percebe como sendo e que não há identificação (Woodward, 2014, p. 17). Entretanto, essa tomada de decisão para se ser “alguma coisa” não advém naturalmente. Há todo um sistema simbólico que envolve relações de poder para as representações identitárias:

Todas as práticas de significação que produzem significados envolvem relações de poder, incluindo o poder para definir quem é incluído e quem é excluído. A cultura molda a identidade ao dar sentido à experiência e ao tornar possível optar, entre as várias identidades possíveis, por um todo específico de subjetividade (Woodward, 2014, p. 18).

Pode-se compreender, até aqui, que a masculinidade constitui uma configuração de práticas vinculadas à posição social dos homens nas relações de gênero. Nessa perspectiva, não há uma forma única de masculinidade, mas múltiplas configurações que se organizam em diferentes contextos sociais. Contudo, essa pluralidade não deve obscurecer o fato de que as expressões de gênero são atravessadas por relações de poder que estruturam e regulam tais práticas (Connell, 1995, p. 188).

A identidade de gênero, tanto do ser homem quanto do ser mulher, é moldada e sustentada socialmente, sendo definida em contraste com o que não se é, ou seja, não ser o outro. No caso da feminilidade, essa construção é imposta desde a infância, quando meninas são incentivadas a ocupar determinados espaços, adotar comportamentos específicos e se adequar a padrões que reforçam uma ideia normatizada do que significa ser mulher.

Em *O segundo sexo*, Simone de Beauvoir (1980, p. 9) sintetiza essa ideia ao afirmar que “ninguém nasce mulher: torna-se mulher”, evidenciando que os papéis de gênero são aprendidos e não naturais, reforçando que, por trás dessa estrutura, há um complexo conjunto de influências culturais, históricas e simbólicas, possibilitando diversas interpretações sobre a formação das identidades. A masculinidade também é construída de maneira relacional, como aponta Welzer-Lang (2001, p. 462). O autor destaca que a identidade masculina se define em oposição à feminina, sendo reafirmada por processos educativos e mecanismos sociais que reforçam a dominação e a diferenciação entre os gêneros. Assim, tanto o masculino quanto o feminino não são essências inatas, mas categorias moldadas e reproduzidas no seio da sociedade:

Descrevi como a educação dos meninos nos lugares monossexuados (pátios de colégios, clubes esportivos, cafés..., mas mais globalmente o conjunto de lugares aos quais os homens se atribuem a exclusividade de uso e/ou de presença) estrutura o masculino de maneira paradoxal e inculca nos pequenos homens a ideia de que, para ser um (verdadeiro) homem, eles devem combater os aspectos que poderiam fazê-los serem associados às mulheres (Welzer-Lang, 2001, p. 462).

Em *Sejam todos feministas*, Adichie (2014) vai ao encontro dessas questões abordadas acima, ao dizer que a identidade masculina é construída a partir de narrativas culturais que perpetuam o poder masculino, transmitidas já nos primeiros anos de vida, no âmbito familiar. Esse sistema impõe expectativas rígidas de comportamento, delimitando espaços de atuação para cada gênero e reforçando desigualdades estruturais. Por exemplo, os homens são frequentemente incentivados a exercerem autoridade e competitividade, enquanto as mulheres são relegadas a papéis secundários, associados ao cuidado e à subserviência. Essa lógica excludente não apenas restringe a autonomia feminina, como afeta a construção de masculinidades, que, muitas vezes, precisam se afirmar por meio da dominação e do afastamento de qualquer traço considerado vulnerável.



O modo como criamos nossos filhos homens é nocivo: nossa definição de masculinidade é muito estreita. Abafamos a humanidade que existe nos meninos, enclausurando-os numa jaula pequena e resistente. Ensinamos que eles não podem ter medo, não podem ser fracos ou se mostrar vulneráveis, precisam esconder quem realmente são — porque eles têm que ser, como se diz na Nigéria, homens duros (Adichie, 2014, p. 31-32).

Já a identidade feminina é modelada em oposição à masculina, mas de forma a condicionar as mulheres a adaptarem suas vidas em torno dos homens, numa postura de total subserviência. Essa construção, enraizada nas desigualdades históricas e culturais, é arquitetada numa sociedade que reforça o tempo todo as hierarquias. Esse outro (masculino) é aquilo que não se é, não se pode ser e que dificilmente se será.

Em Lagos, não posso ir sozinha a muitos bares e casas respeitáveis. Mulher desacompanhada não entra. É preciso estar com um homem. Amigos meus, homens, costumam ir a baladas e acabam entrando de braço dado com mulheres desconhecidas — a uma mulher desacompanhada só resta pedir “ajuda” para entrar no recinto. Sempre que vou acompanhada a um restaurante nigeriano, o garçom cumprimenta o homem e me ignora. Os garçons são produto de uma sociedade onde se aprende que os homens são mais importantes do que as mulheres, e sei que eles não fazem por mal — mas há um abismo entre entender uma coisa racionalmente e entender a mesma coisa emocionalmente. Toda vez que eles me ignoram, eu me sinto invisível. Fico chateada. Quero dizer a eles que sou tão humana quanto um homem, e digna de ser cumprimentada. Sei que são detalhes, mas às vezes são os detalhes que mais incomodam (Adichie, 2014, p. 22).

Ao refletir-se sobre essa imposição social e cultural, é indispensável mencionar Butler para se compreender a construção de gênero e identidade. Segundo a autora, ambos são adquiridos e continuamente reproduzidos por meio de práticas e performances sociais, moldadas e reguladas por uma cultura normatizada e rígida:

Entretanto, se os atributos de gênero não são expressivos, mas performativos, então constituem efetivamente a identidade que pretensamente expressariam ou revelariam. A distinção entre expressão e performatividade é crucial. Se os atributos e atos do gênero, as várias maneiras como o corpo mostra ou produz sua significação cultural, são performativos, então não há identidade preexistente pela qual um ato ou atributo possa ser medido; não haveria atos de gênero verdadeiros ou falsos, reais ou distorcidos, e a postulação de uma identidade de gênero verdadeira se revelaria uma ficção reguladora (Butler, 2003, p. 201).

Essa concepção teórica orienta a leitura de “A cela um”. A narrativa evidencia que as identidades das personagens não são atributos fixos, mas efeitos de relações sociais que distribuem privilégios, vulnerabilidades e formas de reconhecimento. Ao descrever o irmão, a narradora não apenas o representa, mas revela os mecanismos simbólicos que sustentam a distinção entre o masculino autorizado e o feminino silenciado.

Assim, o conto não apresenta identidades previamente constituídas, mas processos de formação e transformação subjetiva mediados pela experiência social. É nesse horizonte que a trajetória de Nnamabia e a perspectiva de sua irmã podem ser compreendidas como expressões de uma identidade em movimento, produzida na tensão entre poder, norma e alteridade.

### 3. Entre Grades e Espelhos: identidade e contrastes em “A cela um”

O conto “A cela um” narra os tormentos que uma família de classe média passa quando o filho mais novo, um rapaz de mais ou menos 19 anos, é preso. Sabe-se desse evento e de outros pela irmã de Nnamabia que, não só o descreve, como narra os fatos por ele protagonizados. Nessas revelações, muitas outras se podem entrever para além de toda a história que culmina com a prisão desse rapaz, como, por exemplo, a construção identitária masculina e, em contrapartida, a construção identitária feminina que acabam por se constituir num jogo de contrastes.

Apesar de o conto focar na narrativa dos primeiros roubos feitos por Nnamabia aos 17 anos e que culminam com sua prisão, o que se nota é que essa “temporada de furtos” e a “época dos cultos” no pacato campus em Nsukka são, na verdade, quase um segundo plano para que a irmã possa, por meio desses fatos, descrever e identificar o jovem Nnamabia ao leitor. Essas revelações acabam mostrando um outro aspecto, as diferenças entre os dois: um não é o que o outro é. A caracterização inicial de Nnamabia associa sua identidade a práticas socialmente autorizadas de transgressão e visibilidade. Sua popularidade, sua mobilidade social e sua capacidade de circular em espaços interditados à irmã não se apresentam como atributos individuais, mas como efeitos de uma ordem de gênero que distribui permissões e restrições de modo desigual.

A narrativa evidencia que aquilo que se reconhece como traço de personalidade, ousadia, carisma, autonomia, corresponde, na verdade, a uma masculinidade legitimada por estruturas sociais que naturalizam o privilégio masculino. Tudo que se fica sabendo desse rapaz é o que ela (a irmã) diz: é o irmão que dirige o carro da família na ausência dos pais; é o que fuma cigarro e sai para se encontrar com as meninas; é o que rouba a própria casa e é perdoado pelos progenitores; é o que mais se parece com os atributos físicos da mãe; é o popular no campus; é o esperto; o que sabe ser dramático quando lhe convém; é o que todos admiram: “[...] Os meninos gritavam seu apelido — The Funk!” (Adichie, 2017, p. 15).

Como se vê, a identidade de Nnamabia é apresentada a partir da narrativa da irmã. Contudo, não é só essa construção que se dá a conhecer. Ao se perceber Nnamabia, o que ele é, acaba-se por se perceber também, na sua irmã, o que ela não é. Esse contraste evidencia as representações que são construídas exatamente nas faltas e na oposição (Hall, 2014, p. 112).

O conto constrói-se a partir de uma perspectiva narrativa que desloca o centro da ação para o campo da observação. Embora Nnamabia ocupe o foco dos acontecimentos, é essa mediação discursiva de sua irmã que organiza a inteligibilidade da narrativa. Esse arranjo não constitui apenas uma escolha formal, mas um dispositivo de produção de sentido: a identidade masculina é apresentada não como essência autônoma, mas como construção discursiva mediada por uma voz feminina situada em posição de relativa marginalidade. Ela é o oposto de Nnamabia, uma vez que podem ser observadas as seguintes performances: não é ela que dirige o carro da família na ausência dos pais; não é ela que fuma um cigarro e sai com os meninos; não é ela a popular no campus; não é ela que rouba a casa da família para fazer parte do “período de furtos” e dos “cultos” das fraternidades universitárias; não é ela que se parece com a mãe. Ela, na verdade, é a que colhe flores...

Essas práticas comportamentais, repetidas tanto por ela quanto por ele, não podem ser compreendidas como algo natural, intrínseco ao gênero; ao contrário, fazem parte de uma performatividade enraizada em estruturas de poder e controle (Butler, 2003, p. 59). Os comportamentos atribuídos aos personagens não emergem de disposições naturais, mas da repetição de práticas socialmente codificadas. A masculinidade de Nnamabia manifesta-se como conjunto de performances legitimadas, de mobilidade, de visibilidade, de audácia, enquanto a feminilidade da narradora se constrói a partir de práticas de contenção e observação.

Nesse sentido, a recorrência de episódios que evidenciam a liberdade de ação da personagem não deve ser lida apenas como descrição biográfica, mas pode ser vista ainda como exposição de um regime simbólico que associa masculinidade a autonomia e feminilidade a contenção. A irmã, definida sobretudo por aquilo que não lhe é permitido, constitui-se como contraponto estrutural dessa identidade masculina. Sua posição narrativa relata a trajetória do irmão, mas também evidencia os limites impostos à sua própria agência.

Essa dinâmica de oposição confirma a formulação de Hall segundo a qual a identidade se constrói por diferenciação. O masculino adquire inteligibilidade por aquilo que afirma ser e também pelo que exclui. A feminilidade, nesse contexto, não aparece como identidade positiva autônoma, e sim como posição relacional definida pela ausência de prerrogativas atribuídas ao masculino. Assim, o contraste entre os irmãos não só constitui simples diferença de temperamento, mas também traz efeito de uma estrutura de poder que regula práticas, comportamentos e expectativas.

Nessa narrativa, a irmã não se autoneeia. Em todos os momentos em que a inominada descreve o irmão, ela diz o que, na verdade, ela não é, ou seja, ela não é Nnamabia. Isso poderia ser uma dedução lógica se, por trás de cada afirmação, não fosse dado a perceber, também, que o ser homem (Nnamabia) é diferente do ser mulher (a irmã de Nnamabia). A ausência de nome da narradora intensifica essa assimetria simbólica. Enquanto Nnamabia é reiteradamente nomeado e reconhecido socialmente, a irmã permanece marcada pela indeterminação. Esse procedimento narrativo pode ser compreendido como estratégia de representação de uma subjetividade cuja visibilidade é mediada pelo outro. A nomeação, como gesto de reconhecimento social, torna-se índice das relações de poder que organizam a narrativa.

Nessa condição cultural e social, a masculinidade e a feminilidade são historicamente pré-estabelecidas, pois não se nasce mulher (Beauvoir, 1980, p. 9). Reiteramos que, em “A cela um”, a irmã nem nome tem na narrativa, diferentemente do nome Nnamabia, que é citado 75 vezes. Há uma importante simbologia nessa configuração: ser mulher é deixar o outro ser homem, e cabe aí nesse movimento uma inversão, com a diferença de que o ser masculino, que já implica uma relação de poder, coloca o ser feminino num lugar de submissão.

Ensina-mos as meninas a se encolher, a se diminuir, dizendo-lhes: “Você pode ter ambição, mas não muita. Deve almejar o sucesso, mas não muito. Senão você ameaça o homem. Se você é a provedora da família, finja que não é, sobretudo em público. Senão você estará emasculando o homem”. (Adichie, 2014, p. 33).

Por meio das frestas estreitas e alongadas que se projetam na superfície da narrativa de “A cela um”, olha-se a irmã de Nnamabia. Nesse olhar para o outro, tanto para Nnamabia quanto para

sua irmã, é dado ao leitor entender as distinções que cada um recebe. Há profundas diferenças entre eles, aqui lembrando Tomaz Silva quando ele diz que a identidade porta sempre o traço da diferença (Silva, 2014, p. 82), e mais, que nessas diferenças aparecem as relações de poder mantidas, construídas ao longo do tempo, da história.

[...] Afirmar a identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora. A identidade está sempre ligada a uma forte separação entre ‘nós’ e ‘eles’. Essa demarcação de fronteiras, essa separação e distinção, supõem e, ao mesmo tempo, afirmam e reafirmam relações de poder (Silva, 2014, p. 82).

Nnamabia e os meninos (eles) que protagonizavam a época de “roubos” e participavam dos “cultos” violentos não só eram aceitos normalmente, como admirados: “Todo mundo admirava os membros dos cultos e todo mundo admirava Nnamabia” (Adichie, 2017, p. 14-15). Já às meninas (elas) cabia o medo: “As meninas não saíam dos alojamentos depois das aulas” (Adichie, 2017, p. 14).

Pode-se inferir, por meio dessas duas passagens acima, o significado que cada lado tem, entre meninos e meninas. A relação de poder e submissão que cada um desses lados representa. E nessa necessidade de expor toda a delinquência de Nnamabia, sua irmã acaba por abrir as brechas por onde se vê como essas construções identitárias são tramadas na sociedade.

E, por isso mesmo, nessa narrativa não se esperam mudanças. Até mesmo quando Nnamabia é preso, acusado de participar do assassinato de um estudante, ele é descrito como esperto, que está sempre no centro das atenções: “um artista prestes a fazer sua performance” (Adichie, 2017, p. 17). É assim que a irmã mais uma vez o descreve e continua a descrevê-lo com os fatos que se sucedem quando a família vai visitá-lo na prisão:

“[...] Quando você chega, tem que dar algum dinheiro para eles. Se não der, vai ter problemas.”  
 “E você tinha algum dinheiro?”, perguntou minha mãe.

Nnamabia sorriu; seu rosto estava ainda mais bonito, com uma mordida de mosquito na testa que parecia uma espinha, e ele disse, em igbo, que tinha enfiado o dinheiro no ânus assim que foi preso no bar (Adichie, 2017, p. 17).

Não se deve esquecer que Nnamabia foi educado para reproduzir, constantemente, o masculino, que implica, entre outras coisas, ser forte, corajoso, esperto. Em contrapartida, a irmã foi educada para ser o oposto. Contudo, a narrativa não se limita a reproduzir essas posições. Ela as tensiona por meio da experiência carcerária. A prisão introduz uma ruptura na continuidade performativa da masculinidade do protagonista. O espaço prisional funciona como dispositivo de desestabilização identitária, ao expor a vulnerabilidade do corpo masculino e deslocar sua posição de poder.

Como já assinalado, embora a identidade possa parecer fixa, ela é sustentada por processos performativos e continuamente construída e reconstruída ao longo da história. Mesmo sendo definida em relação a algo ou alguém, por meio de um mecanismo que aproxima ou distancia, compreende-se que a identidade não é imutável, mas fluida e em constante transformação, influenciada por inúmeros fatores e contextos. A identidade configura-se, assim, como um “vir a ser”, constantemente negociado e ressignificado ao longo da vida (Hall, 2014, p. 68).



Ainda que a irmã se esforce em manter a narrativa de que Nnamabia é definitivamente irresponsável, uma outra inflexão interpretativa começa a recair sobre ele. O leitor percebe que essa demarcação acontece a partir de dois momentos assim descritos, pela narradora, como sendo “primeiro e segundo choques”:

O primeiro choque de Nnamabia foi ver um Buccaneer chorando aos soluços. O garoto era alto e durão, havia boatos de que era responsável por uma das mortes e que estava na fila para se tornar chefe lhe dar um soco por trás da cabeça. Nnamabia me contou isso quando o visitamos no dia seguinte, num tom que misturava asco e decepção; era como se subitamente tivesse se dado conta de que o Incrível Hulk era só um homem pintado de verde. O segundo choque, alguns dias depois, foi a Cela Um, ao lado da sua. Dois policiais tinham saído da Cela Um carregando um homem morto todo inchado, parado diante da de Nnamabia para se certificarem de que o cadáver estava sendo visto por todos. [...] Nnamabia tinha pesadelos com a Cela Um. Não conseguia imaginar um lugar pior que a sua, tão lotada que ele muitas vezes ficava de pé, pressionado contra a parede rachada (Adichie, 2017, p. 18-19).

Os “choques” sofridos por Nnamabia são apresentados de forma gradual, sinalizando um processo de transformação. Essas mudanças ocorrem em um encadeamento de semelhanças e diferenças com o outro, evidenciando o impacto das experiências vividas na prisão:

“O que aconteceu?”, minha mãe perguntou. Nnamabia começou a falar quase que de imediato, como se estivesse esperando alguém perguntar. Falou igbo num tom uniforme, sem erguer nem baixar a voz. Um velho tinha sido empurrado para dentro de sua cela no dia anterior, um homem de mais de setenta anos, com cabelos brancos, a pele fina e enrugada, e aquele refinamento antiquado de um funcionário público aposentado e incorruptível. O filho dele estava sendo procurado por assalto à mão armada e, quando a polícia não encontrou o filho, decidiu prender o pai (Adichie, 2017, p. 21-22).

A indignação que essa injustiça desperta em Nnamabia é um ponto de virada. Pela primeira vez, ele demonstra uma preocupação genuína com o sofrimento de outra pessoa, um outro que, até então, lhe era alheio. Essa tomada de consciência não se limita à empatia, mas ressoa de forma mais profunda, levando-o a questionar seu próprio papel e suas percepções que eram marcadas por uma postura despreocupada e inconsequente: “O homem não fez nada”; “O homem está doente”; “Suas mãos tremem sem parar, mesmo quando está dormindo” (Adichie, 2017, p. 22).

Os episódios vivenciados por Nnamabia na prisão não operam apenas como eventos narrativos, mas são experiências-limite que produzem deslocamentos éticos. A confrontação com a violência institucional e com o sofrimento do outro introduz uma fissura na identidade anteriormente sustentada pela performance de invulnerabilidade. O encontro com a fragilidade alheia, particularmente na figura do homem idoso injustamente detido, funciona como momento de reconhecimento da alteridade.

A intensidade de sua reação sugere que ele não apenas reconhece a injustiça, como sente-se pessoalmente abalado por ela. Esse processo pode ser compreendido à luz da noção de identi-

dade como formação relacional. A transformação do protagonista não resulta de introspecção isolada, e sim do confronto com a vulnerabilidade do outro e com a arbitrariedade do poder institucional. A experiência carcerária, nesse sentido, opera como catalisador de uma reconfiguração subjetiva que desloca a masculinidade de um modelo de dominação para uma posição de reconhecimento ético.

Simultaneamente, a posição subjetiva da narradora se reconfigura. Ao acompanhar a desestabilização da identidade do irmão, sua própria posição subjetiva se reconfigura. A observação deixa de ser apenas registro e passa a constituir um processo de compreensão ética. A narrativa evidencia que a identidade da irmã se constrói no movimento de interpretar o outro, confirmando a dimensão relacional da subjetividade:

Nnamabia estava olhando para o arroz laranja-amarelado enquanto falava e, ao erguer a cabeça, eu vi que os olhos do meu irmão — meu irmão malandro — estavam cheios de lágrimas, e senti uma ternura por ele que, se alguém me pedisse, eu não seria capaz de explicar (Adichie, 2017, p. 23).

A Cela Um, portanto, não se configura apenas como espaço físico de punição. É metáfora de ruptura das identidades normativas. Os impactos vivenciados por Nnamabia, especialmente diante da humilhação e do sofrimento do velho, tornam-se determinantes para a construção de sua nova identidade.

O ambiente prisional revela o caráter contingente das posições sociais e expõe a fragilidade das hierarquias que estruturavam as relações entre as personagens. Ao produzir um encontro radical com a vulnerabilidade, a experiência carcerária desestabiliza as performances de gênero e evidencia que a identidade se constitui no interior de relações de poder passíveis de transformação.

É nesse espaço de confronto e vulnerabilidade que sua transformação se dá, e, com ela, a de sua irmã, cuja narrativa agora permite ao leitor acompanhar esse processo com sensibilidade e profundidade: de algoz, irresponsável, o irmão passa a ser identificado de uma outra forma. E, nessa nova identificação, passa a ser acolhido, ou mesmo olhado, em dimensões maiores. Essa transformação é dupla, mútua. Ao mudar seu olhar para o outro, a narradora de “A cela um” coloca-se em outra perspectiva que a faz também diferente.

Se, para Nnamabia, a prisão representa um rompimento com a imagem que ele próprio projetava, para sua irmã, acompanhar essa mudança significa, também, confrontar sua própria identidade. Ao vê-lo de uma nova maneira, não mais apenas como o menino privilegiado e inconsequente, mas como alguém que, diante da adversidade, ressignifica-se, ela mesma passa a se mostrar sob outra luz. Sua identidade se transforma à medida que sua percepção do irmão se amplia, revelando que a relação entre ambos funciona como um espelho no qual um reflete e influencia a transformação do outro: “Teria sido tão fácil para meu irmão encantador transformar aquela história num drama elegante, mas ele não fez isso” (Adichie, 2017, p. 28).

Deste modo, o conto articula identidade e alteridade como processos indissociáveis. A transformação de Nnamabia e o deslocamento da instância narrativa revelam que a subjetividade emerge não da afirmação autônoma do eu, mas da relação com o outro e com as estruturas que regulam a experiência social. A narrativa, ao expor essas dinâmicas, opera como espaço crítico

de reflexão sobre as formas pelas quais gênero, poder e reconhecimento se entrelaçam na constituição das identidades.

#### 4. Considerações finais

“A cela um” apresenta-se como narrativa em primeira pessoa que acompanha a trajetória de Nnamabia, jovem formado em um contexto patriarcal, cuja sucessão de delitos culmina na prisão. Contudo, o enredo não se organiza a partir de sua própria voz, mas é mediado pela irmã, que assume a condução do relato. Ao eleger essa perspectiva, o conto desloca o centro da experiência masculina para um campo relacional no qual as identidades se constituem por contraste, reconhecimento e deslocamento.

Ao narrar a trajetória do irmão, a voz feminina reinscreve, de modo indireto, sua própria experiência: afetos, silêncios e posicionamentos emergem no entrelaçamento do relato, fazendo com que a história de Nnamabia se converta também em processo de autoinscrição. O que poderia ser apenas a narrativa de um percurso individual transforma-se, assim, em espaço de constituição subjetiva e de reflexão crítica.

As identidades dos irmãos configuram-se inicialmente em chave oposicional. Nnamabia encarna uma masculinidade legitimada por práticas naturalizadas de privilégio e agressividade, enquanto a irmã ocupa o lugar historicamente associado à contenção e à invisibilidade feminina. Essas posições, aparentemente estáveis, revelam-se, no entanto, frágeis diante da experiência-limite da prisão, que expõe a vulnerabilidade do sujeito e desestabiliza as hierarquias que sustentavam tais papéis.

A experiência carcerária pode ser compreendida como metáfora de um processo mais amplo de deslocamento identitário. Ao evidenciar os limites das identidades normativas e as condições históricas que as sustentam, o conto mostra que a subjetividade não se funda em uma essência fixa, mas se constitui em permanente negociação, atravessada por relações de poder e pela possibilidade de ressignificação.

A Cela Um, não apenas espaço físico de confinamento, mas figura das restrições simbólicas que moldam os sujeitos, torna-se condição para que ambos vislumbrem fissuras nas imagens que sustentavam de si e do outro. Nessas brechas, estreitas porém reveladoras, opera-se a desconstrução de certezas e a abertura para novas formas de reconhecimento.

Ao articular literatura, gênero e experiência institucional, o conto configura-se, assim, como espaço de reflexão ética sobre os modos pelos quais os sujeitos se constituem na relação com a alteridade. As frestas que atravessam a narrativa não revelam apenas a transformação das personagens, mas reafirmam a condição relacional da identidade e o potencial da literatura como instância crítica das formas sociais de reconhecimento e exclusão.

#### CONFLITO DE INTERESSES

Não há conflito de interesses a declarar.



## FINANCIAMENTO

Conceição Feitosa agradece à Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA) pelo financiamento da pesquisa de doutorado (nº do processo: BD-02668/23).

## REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. Tradução de Christina Baum. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **No seu pescoço**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

BAKHTIN, Mikhail. **O homem ao espelho**: apontamentos dos anos 1940. Tradução de Cecília Maculan Adum, Marisol Barenco de Mello e María Letícia Miranda. 2ª ed. São Carlos: Pedro João Editores, 2019.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. V.I, II. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: Feminismo e subversão da identidade. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CONNELL, Robert W. Políticas da masculinidade. **Revista Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 185-206, jul./dez. 1995.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva & Guaciara Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

VECCHI, Benedetto. Introdução. In: BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: Entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. Tradução de Miriam Pillar Grossi. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 2, Florianópolis jul./dez. 2001. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2001000200008](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2001000200008). Acesso em: 16 jan. 2025.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

